

ENTRE COMPÊNDIOS E COLÉGIOS: A PRESENÇA DA HISTÓRIA ANTIGA ESCOLAR NO RIO DE JANEIRO ENTRE AS DÉCADAS DE 1830 E 1850

Luís Ernesto Barnabé

Professor Assistente – UENP¹

luis.ernesto@uenp.edu.br

Introdução

A criação do Imperial Colégio de Pedro II (*ICPII*), em dezembro de 1837, tem sido tratada de maneira consensual em diferentes vertentes da historiografia (seja nos estudos acerca da História da Educação; das instituições escolares; da política, e da formação da identidade nacional no Império) como um marco do projeto regressista de centralização, do então criado, ensino secundário. Além da perspectiva de modelo para os demais estabelecimentos de instrução pública e privada do Império Brasileiro, é comum ser destacada também a missão do *ICPII* em produzir um corpo social homogêneo, com formação diferenciada, capaz de ocupar os principais postos do Estado, dado o momento de estabilização, após as turbulências regenciais, e de consolidação de um projeto de nação voltado a manter o latifúndio monocultor e a escravidão (TURIN, 2015).

À recorrente constatação da influência francesa na organização dos estatutos e planos de ensino, pouco se avançou em apresentar definições mais precisas de tais motivações. Pela primeira vez era regulamentada a História enquanto disciplina, com considerável carga horária nos programas de ensino e era adotado o curso de História Universal prescrito aos *collèges royaux* parisienses, constituído por cinco componentes: História Antiga, História Romana, História dos Imperadores Romanos e da Igreja, História da Idade Média e História Moderna², estes tornados em compêndios graças à

¹ Agradecemos a Fundação Araucária pelo apoio à divulgação científica deste trabalho, por meio da Chamada Pública 12/2018 - Programa de Apoio Institucional para Organização e Participação em Eventos Técnico-Científicos.

² A coleção era composta por: 1º Précis de l'Histoire ancienne de Cayx & Poirson ; Précis de l' Histoire de la republique romaine, de Du Rozoir ; Précis de l'Histoire des empereurs de Dumont ; Précis de l'Histoire du moyen âge, de Des Michels ; e Précis de l'Histoire moderne, de Michelet.

ação de um grupo de professores que integrava simultaneamente a comissão de instrução pública e as primeiras cadeiras de História dos colégios franceses. Importados em 1838, versões traduzidas apenas dos compêndios de História Antiga e de História Romana foram publicadas em 1840, em uma tiragem de dois mil exemplares cada, volume este capaz de abastecer parte significativa, senão a totalidade, dos colégios cariocas. No *ICPII*, esta coleção francesa manteve-se prescrita até 1855, alterada pelo decreto n. 1.556, de 17 de fevereiro de 1855.

No entanto, talvez seja mais apropriado relativizar a importância do colégio, no sentido da advertência de Haidar (1972), segundo a qual o *ICPII* atuou como padrão ideal, mas não como padrão real de ensino. Tais precauções se dão no intuito de se evitar assumir os riscos da premissa que o curso de História proposto pelo *ICPII* se consolidaria automaticamente nos demais estabelecimentos de ensino, como consequência das preocupações do Estado brasileiro em regulamentar e estabelecer um modelo tanto para a capital do império quanto para as províncias, ao menos para os primeiros dezessete anos de funcionamento. Dito de outro modo, antes de se buscar compreender como o *ICPII* influenciou os demais estabelecimentos de ensino, seria mais pertinente questionar: em quais condições as aulas de História no Rio de Janeiro se encontravam no momento da criação do *ICPII* e a partir de então como se daria a convivência entre a pretensa proposta oficial e as demais.

Os estatutos dos cursos de ciências jurídicas, aprovados em novembro de 1831 previam para as Academias a incorporação de seis cadeiras destinadas a ministrar os conhecimentos exigidos para os exames de preparatórios: a) Latim, b) Retórica e Poética, c) Francês e Inglês, d) Lógica, Metafísica e Ética, e) História e Geografia, f) Aritmética e Geometria (HAIDAR, 1972, p.48). A regulamentação dos pontos dos exames de preparatórios indica uma primeira mudança de tendência, na medida em que impunha a adequação dos colégios particulares do Rio de Janeiro. Como assinala Circe Bittencourt, foram os exames de preparatórios que inicialmente tornou a presença da História obrigatória, e disso resulta “uma cultura educacional que tem controlado a seleção de conteúdos e métodos das escolas públicas e particulares secundárias até os dias atuais” (BITTENCOURT, 2018, p.133).

O uso da imprensa pode contribuir como alternativa para se mapear a oferta da disciplina História, e suas respectivas formatações, nos colégios e em aulas, diante da falta de informações precisas que outras categorias de fontes, tal como dados em relatórios oficiais ou acervos escolares, poderiam oferecer. O levantamento e a análise de anúncios presentes no *Jornal do Commercio*³ (JC), entre 1830-1855, e no *Almanak Laemmert*⁴ (AL), entre 1844-1855, se justificam na medida em que possibilitam visualizar a) parte da oferta de aulas de História no Rio de Janeiro e as respectivas prescrições de curso; e b) a circulação de obras de História, com enfoque específico em títulos que contemplassem a Antiguidade: História Antiga, da Grécia ou Romana, e assim identificar eventuais “concorrentes” aos compêndios adotados pelo ICPII. Com efeito, o estabelecimento deste panorama circundante ao ICPII indica as tendências já estabelecidas e as que começam a despontar no heterogêneo ambiente escolar do Rio de Janeiro. Fornece, também, algumas pistas acerca da possível influência do colégio enquanto modelo para os demais estabelecimentos de ensino. Não menos importante, outra dimensão de análise pode ser evocada: o esboço traçado, acerca da convivência entre formas de História escolar ao longo do período, evidencia as tensões entre regimes de historicidade (HARTOG, 2013).

A oferta de aulas de História e História Antiga

Em conformidade com as exigências dos exames de preparatórios já é possível encontrar ofertas de aulas de História bem antes de 1838. Em 1833, a Aula de T. A. Craveiro, ofertava lições de Geografia, História Antiga e Moderna, com um professor específico (JC, 1833, edição 205, p.1), e antes, em 1831 um sujeito casado oferecia aulas de Geografia e História Universal em casas particulares ou colégio (JC 1831, edição 1856, p.4).

Torna-se questão de fundo compreender quais os limites que melhor delineiam esta polissemia – “História Antiga e Moderna” e “História Universal”, até porque, a amostragem coletada no *Jornal do Commercio* e no *Almanak Laemmert* entre 1830 e

³ A coleção completa do periódico se encontra disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>. Acesso em 13 de abril de 2019.

⁴ A coleção completa do periódico se encontra disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20184&pesq=>. Acesso em 13 de abril de 2019.

1855 evidencia variações e repetições. Mas a não existência de um termo específico compartilhado por todos não significa que havia grandes discrepâncias entre tais estabelecimentos quanto ao que era ensinado, até porque os compêndios utilizados estavam restritos a um pequeno conjunto de títulos.

Nesse sentido, parece sensato proceder de maneira análoga às considerações de Araujo (2008; 2011) acerca da instabilidade conceitual que se verifica na escrita da história no Brasil, a qual provocava respostas de forma ambígua e variada, seja por mecanismos modernos de produção de sentido, seja por sintomas “colaterais” de presentificação e monumentalização da experiência, entre os anos de 1820 e 1830 (ARAUJO, 2011, p.136). A melhor forma de compreender o fenômeno da tensão entre a tradição cíclica do ambiente ilustrado português e a moderna experiência do tempo, entre a geração da independência e a sua sucessora, seria, como Manoel Salgado Guimarães já havia percebido, através “da transição entre uma experiência antiga e uma moderna da história” pela suspensão heurística e realocação do problema em novas bases categoriais, o que significa desconsiderar os “termos da continuidade ou descontinuidade entre iluminismo e romantismo (ARAUJO, 2011, p.136).

A transição da “História Universal” [*Universalhistorie*] para a “História Mundial” [*Weltgeschite*] se realizara de forma gradativa. Ainda no século XVIII ambos os termos podiam ser empregados sem implicações conceituais mais profundas de modo que se a primeira compreendia uma soma de histórias particulares, a segunda transformava-se na história do mundo (KOSELLECK, 2016, p.177; 2006, p.51). Havia uma nova necessidade de inteligibilidade, como percebera Schlözer: “especialmente, ela (*Weltgeschite*) se referia todo o globo, e temporalmente, a todo gênero humano, cujas interconexões deveriam ser reconhecidas e explicadas, com vistas ao presente” (KOSELLECK, 2016, p.179). Assim, a História Mundial, também se transformava em Filosofia.

Sob a tipologia “Universal” tal qual “Antiga e Moderna”, em que medida a perspectiva de progresso e de universalidade da História já estaria pressuposta nestas aulas de História e seus respectivos compêndios adotados? Qual espaço ocupado pelas matrizes de Bossuet e a iluminista do coletivo singular?

Os anúncios foram organizados em três grandes grupos, categorizados a partir das tipologias mais recorrentes (História Universal; História Antiga e Moderna História; e História), que apresentam variações internas indicando muito mais relações de proximidade entre as concepções destas três tipologias do que antagonismo, ou circunstâncias subsequentes de uma pela outra. O quadro polissêmico fica mais completo quando observadas as correlações entre História (Universal ou Antiga e Moderna) e outras Histórias: História Natural, História Sagrada, História Pátria; e, ao mesmo tempo, entre História e outras disciplinas, principalmente a Geografia, presentes nos enunciados dos anúncios.

Curiosamente, as tipologias História Universal e História Antiga e Moderna conviveram ao longo das décadas de 1830 e 1840 nos anúncios, mas gradativamente esta segunda vai rareando com o início dos anos de 1850, quando a tipologia História passa a predominar.

Não se verifica no âmbito escolar um movimento uniforme que destituiu por completo a antiga História Universal ou impôs o sentido moderno de história [*Geschichte*], a partir da História Mundial [*Weltgeschichte*], principalmente quando estivessem em jogo eventuais tensões com o cristianismo e a Igreja. Sob uma perspectiva mais distanciada, há um falso problema em se tomar o período em questão como limite da tipologia História Universal. A História Universal deve ser entendida como “um domínio da atividade historiadora que precede e atravessa a institucionalização da História – disciplina acadêmica – durante o século XIX, na Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Espanha e Estados Unidos” de modo que, seu destino foi se estabelecer nas publicações enciclopédicas ou nos compêndios escolares (FREITAS, 2006, p.133). Portanto, é necessário redimensionar a questão, o que significa reconhecer a especificidade da presença da História em ambientes de instrução (aulas particulares ou estabelecimentos de ensino) ante o efervescente debate historiográfico europeu. Não ocorreu um corte definitivo, porém, esta História Universal escolar, muito além de objeto imutável, se apresenta em uma dinâmica própria com permanente contato com a História acadêmica. Para o caso brasileiro Itamar Freitas (2006) acusa a longevidade da “História Universal” ao tratar do Compêndio de História Universal de Benevides, que circulou nos colégios paulistas no

início do século XX. Ademais, é preciso ter em mente a correlação entre História científica e a consolidação dos Estados nacionais, os quais por sua vez empreendem a criação de instituições escolares, e, sobretudo de um sistema nacional, como parte do projeto de fundação de Estado moderno.

Por fim, as cinco últimas referências constituem um grupo à parte na medida em que apresentam três traços em comum: cursos ofertados na década de 1850, fora do Município da Corte, e por optarem por apresentar uma descrição mais completa do que compõe o curso de História nos anúncios a qual também inclui a história pátria, tendências estas que marcam os anúncios e indicam uma nova tendência nos anos de 1850. Dentre estes estabelecimentos o *Instituto Colegial de Nova Friburgo* oferece um caso mais completo em relação a todos os outros estabelecimentos tratados na medida em que além dos programas do colégio, havia o *Compendio de Geographia e Historia* de J.H. Freese, fundador do colégio em 1841, ainda que pouco se assemelhasse à realidade dos incontáveis estabelecimentos presentes no Município da Corte. Em 1855, o anúncio dos pontos dos exames, organizados a partir de uma inteligibilidade tripartite, indica a disciplinarização da história: Antiguidade (15); Idade Média (7); Idade Moderna (33) (*JC*, 1855, edição 113, p.1).

Tabela 1: Tipologias das ofertas de aulas de História no Rio de Janeiro (1830-1855)

Forma	Total de Ocorrências	Variações	Ocorrências
História Universal	25	História Universal	16
		Geografia e História Universal	1
		História Universal e Natural	2
		Curso de Historia Universal Filosofica	1
		História Universal, Religiosa e Moral	1
		História Universal e Pátria	2
		Historia Universal e Sagrada	2
História Antiga e Moderna	23	História Antiga e Moderna	20
		História Antiga e Moderna em geral; do Brasil em particular	1
		Historia e Geografia Antiga e Moderna	1
		História Sagrada, Antiga e Moderna	1
História	16	História	10
		Geografia e Historia (ou História e Geografia)	5
		Princípios de Historia	1
4º grupo	3	História Antiga (1842); História Antiga e Moderna (1848)	1
		Historia Sagrada e Eclesiástica	1
		História Moderna	1
5º grupo	5	Historia Antiga, Media e Moderna, Historia do Brasil	1
		Historia Sagrada, Novo Testamento, Mitologia, Historia Antiga, Grega, Romana da Meia Idade e a Moderna	1
		Historia romana, media, moderna, nacional, e sagrada	1

		historia antiga, historia romana, historia media, historia moderna e nacional	1
		História Universal com especialidade da Grécia, de Roma, de Portugal, do Brasil e das Americas, como Tambem da Epopea da Revolução Francesaa (1789-1815)	1
Total	72		72

Fonte: autor

Compêndios de História na imprensa (1830-1855)

O acompanhamento dos anúncios de livreiros para o período abarcado dos anos de 1830 até meados da década de 1850 é capaz de proporcionar pistas sobre quais compêndios se mantinham em circulação, bem como o momento em que outros entravam nesse circuito. Anúncios de compêndios oferecem elementos que podem contribuir para uma melhor compreensão da circulação de compêndios de História no Rio de Janeiro antes e ao longo do período da prescrição dos compêndios franceses pelo *ICPII*, o que traz implícita a relação do colégio oficial com os demais e pode ser bem pontuada a partir de duas questões: com quais compêndios a coleção adotada pelo *ICPII* estaria disputando espaço nos estabelecimentos de ensino neste momento? Os compêndios adotados pelo *ICPII* despertariam o interesse nos demais colégios?

A preponderância das livrarias de E. Mongie e de Albino Jordão (HALLEWELL, 2012) era refletida na quantidade de anúncios, mas havia outras também, como a Loja de Evaristo Ferreira da Veiga, a Livraria irmãos Laemmert, a Casa de J. Vilenneuve, a Livraria de Firmin Didot Irmãos. Na parte do final deste período surgem livreiros com perfil mais profissionalizado, como Batiste Louis Garnier e Nicolao Alves.

Se nas prescrições das aulas de História a tipologia da História Universal era a mais recorrente, o mesmo não ocorre em títulos de compêndios. O fato de nem sempre haver correspondência dos usos no âmbito escolar com os propósitos e argumentos iniciais dos autores, evoca a problemática levantada por Alain Choppin (2009, p.27) em torno da própria definição do que é um manual escolar. Este não deve ser tomado como um objeto de estudo natural ou ahistórico. Cabe ao pesquisador – sob a perspectiva diacrônica, “por levar em conta as evoluções estruturais e flutuações semânticas (o que) torna essa tarefa de definição, de delimitação, de demarcação ainda mais complexa” – não ignorar a natureza, as funções e usos deste artefato em “um trabalho de

circunscrição conceitual relativamente a outros tipos de produção literária”. Como já identificado anteriormente acerca da polissemia a partir da classificação de prescrições para as aulas de História duas tipologias se sobressaíam: “História Antiga e Moderna” e “História Universal”. A instabilidade conceitual do período provoca um limiar entre a tradicional concepção que confundia História com História da Antiguidade e outras pretensamente mais elaboradas, já sob a perspectiva da profissionalização do historiador (com todas as questões inerentes), como é o caso do curso francês da década de 1820.

Disso decorre que a Antiguidade, em termos proporcionais, ainda ocupava maior espaço em relação a outros períodos históricos nos “cursos” de História oferecidos. Anúncios de compêndios de Idade Média, por exemplo, são inexistentes antes de 1849, momento em que a mudança de tendência já é visível nos anúncios. O máximo que se encontra é um “compendio da historia das cruzadas, por Guerreiro” na Loja de Evaristo da Veiga (*JC*, 1831, edição 263, p.2). Por outro lado, a tipologia “História Antiga e Moderna” encontrada nas ofertas dos colégios justifica a existência de títulos de História Moderna para além dos poucos anúncios de Michelet em dois volumes, na livraria de Mongie (*JC*, 1842, edição 237, p.3), e Guizot, na Librarie Belge-Française, situada à Rua dos Ourives, nº 73 (*JC*, 1844, edição 239, p.4), sendo todos em francês.

A ampla presença da Antiguidade é refletida pela intensa recorrência de termos como “história antiga”, “de Roma” ou “romana”, “da Grécia” ou “grega”. Além da forte presunção das obras de Oliver Goldsmith pelo seu uso no idioma original nas aulas de inglês do *ICPII* – o que conseqüentemente indica que não seria vantajoso omitir o seu nome no anúncio – há diversos anúncios de títulos de História Romana, cuja identificação do autor torna-se uma tarefa difícil. No cenário de predominância da Antiguidade entre as ofertas de “compêndios de história”, prevalecem incertezas quanto aos autores mais presentes: quem e quantos seriam?

A primeira ocorrência localizada, de 1830, trata de um título em três volumes: “compendio de historia romana em 8º 3 vol. Com imensas estampas por 6,000rs” na Loja de S. Lourenço, n.12, nos Cajueiros (*JC*, 1830, edição 146, p.2). Há um (ou seriam vários?) compêndio de História Romana em volume único com expressiva presença em anúncios ao longo das décadas de 1830 e 1840. É preciso ainda somar a esse conjunto a variação no título, “de” por “da”, que pode ser ou erro tipográfico no momento da

composição do anúncio ou se tratar realmente de outro título: a loja de Crémière anunciava edições em português dos “compendio de história antiga, 3\$, dito de historia romana, 3\$” (*JC*, 1835, edição 83, p.4); “compendio de historia romana”, anunciado sem mais detalhes, na loja da Rua da Ajuda, nº 36 (*JC*, 1837, edição 217, p.4); na loja de E. Mongie: “compendio de historia romana, 1 vol; compendio de historia antiga, 1 vol.” (*JC*, 1837, edição 193, p.3; *JC*, 1840, edição 08, 09,11 e 12, p.4). A Casa do Livro Azul em vários momentos de 1839 também oferecia o “compendio de historia romana, 1 vl, 2\$; dito da historia da Grecia, 1vl. 2\$” (*JC*, 1839, 133, p.4; *JC* 1839, 76, p.4; 1839, 151, p.4; 1843, 216, p.5); “Compendio da historia romana, 1vol” (*JC*, 1842, 295, p.3; 344, p.4; 1843, 18, p.4; 66, p.4) na casa de Villeneuve; e finalmente na loja à rua da Quitanda, 174: “compendio de historia antiga, 2\$” (*JC*, 1848, 4, p.3; 6, p.4; 8, p.4; 12, p.4).

Se o curso de história do *ICPII* não emplacou nos demais colégios, no sentido de ser adotado integralmente, inclusive com o uso da coleção dos compêndios franceses, isso fica mais evidente quando se observa a inexistência de anúncios de livreiros oferecendo a coleção completa dos *précis* adotada no idioma original. Portanto, nenhum livreiro, inspirado pela prescrição do *ICPII*, se interessou em importar estes exemplares e anunciá-los como uma coleção, ou principalmente, como um curso de história. Se o uso da coleção como um todo por algum estabelecimento de ensino efetivamente deve ser minimizado, a busca por anúncios dos dois compêndios não traduzidos adotados pelo *ICPII* no *Jornal do Commercio* indicou apenas uma ocorrência, relativa ao *Précis de l’histoire moderne*, de Michelet, no ano de 1843, na Loja de E. Mongie (*JC*, 1843, edição 75, p.4), a qual provavelmente se deva mais à sua fama do que pela prescrição do *ICPII*.

Resta ainda buscar identificar se a primeira parte da coleção circulou, embora desvinculada do propósito inicial enquanto coleção. Essa possibilidade pareceria razoável levando-se em conta a tipologia de prescrição “história Antiga e Moderna” muito recorrente, de modo que os dois compêndios se adequariam ao ensino de História Antiga. Obviamente, exemplares de Caix & Poirson e de Du Rozoir & Dumont (seus compêndios foram fundidos em algum momento antes de 1837) também não seriam importados, e o fato da versão traduzida desta primeira parte da coleção dos *précis* ser

encontrada à venda nas dependências do *ICPII*, e anunciada no *Jornal do Commercio* em 21 de maio de 1840 (conforme visto anteriormente) parece configurar a estratégia de exclusividade de vendas. Caso diretores, professores ou pais de alunos se interessassem pelas obras, já sabiam onde encontrar. Ainda assim, há um anúncio para cada um destes compêndios. Em 14 de março de 1843 a loja da rua de S. José, nº 56 oferecia o *compendio da* [sic] *Historia Antiga*, e em 1847, e a Casa do Livro Azul de Albino Jordão oferecia o *Compendio da* [sic] *Historia Romana*, traduzido por *Drumond* [sic]. O anúncio foi veiculado em duas ocasiões, em 7 de outubro e em 27 de novembro. Em se tratando de um sebo, o valor de \$500 indica que se trata de um exemplar usado.

A ocorrência de apenas um anúncio em um período de quinze anos em uma das lojas mais frequentadas pelo público escolar pode indicar que ou os livros se vendiam sozinhos ou pouco circulavam, e conseqüentemente, os livreiros poderiam também não se interessar em adquiri-los. A baixa presença nas lojas pode indicar também que para além dos muros do *ICPII* a circulação era baixa, sendo o comércio entre gerações de alunos praticado de forma direta, sem a necessidade da loja como intermediário. Haveria então uma tendência de rejeição à prescrição do *ICPII*? E se em caso afirmativo, por quais motivos?

O predominante imediatismo e utilitarismo com que se almejava o ingresso nos cursos do ensino superior criavam uma demanda por obras mais sintéticas, com presumível versatilidade para o estudo aos exames de preparatórios, poucas páginas e preços baixos seriam as com maior aceitação entre professores e estudantes. Dentre estas, três se destacam. O *Compendio de Geographia, Historia Antiga e Moderna*, de J. P. C. Casado Geraldes podia ser encontrado em 1833 na loja de livros da Rua da Alfandega, 22, ao preço de 3\$ o exemplar em brochura e 4\$ o encadernado (JC, 1833, edição 72, p.3). Embora esta seja a única ocorrência de anúncio, a proximidade do título do compêndio com a recorrente tipologia empregada pelos estabelecimentos de ensino, como a aula de A.T. Craveiro ou a Aula Inglesa – “História Antiga e Moderna” –, leva a crer na possibilidade da forte presunção desta obra.

Em 1839 aparecia o *Compendio de Historia Geral e Chronologia* de Carlos Delamare, que era “organizada em 41 lições, indicada para a instrução da mocidade de ambos os sexos, em 1 volume, in-8º”, contendo 200 páginas. O anúncio destacava que a

obra já seria adotada “em alguns dos primeiros collegios desta capital” desde seu lançamento (*JC*, 1839, 212, p.4), e que estaria disponível em livrarias de “typographia francesa, rua de S. José, n.61; e nas lojas de Albino Jordão e E. Mongie” (*JC*, 1839, 218, p.4). Nesta última, era vendida a 2\$400 (*JC*, 1840, edição 2387, p.4). Por fim, o já mencionado *Compendio de Geographia e Historia* de J.H. Freese poderia ser encontrado a menos de 1\$ (*JC*, 1843, edição 72, p.4) cuja longa duração editorial se inicia 1843. Continha 106 páginas, aumentada e atualizada, para 128 páginas na quarta edição, de 1868 (PIROLA 2015, p.81). Trazia um breve epítome sobre os globos e seus círculos, uma parte dedicada exclusivamente à História do Brasil, do seu descobrimento até a coroação de D. Pedro II. Todas as produções do autor foram editadas por Agostinho de Freitas Guimarães, que almejava alcançar estabelecimentos de ensino oferecendo descontos aos seus diretores. A periodicidade de ocorrência destes anúncios abrange 1843, 1844 e 1846. Infelizmente não há dados acerca das tiragens de cada edição, o que poderia contribuir na compreensão da circulação e da presença deste compêndio nos espaços escolares. A título de comparação, enquanto o *Compendio de Geografia e Historia* de J.H. Freese não alcançava as duzentas páginas, o *Compendio de Historia Antiga*, o *Compendio de Historia Romana*, o *Précis de l’histoire du moyen Age* e o *Précis de l’histoire Moderne* continham respectivamente 349, 336, 360, 307 páginas, totalizando 1352 páginas.

O fato de disponibilidade de milhares de exemplares a um preço razoável (basta considerar que com o preço de custo na faixa de \$720, segundo Justiniano, e uma estimada margem de lucro em torno de 100%, o preço final ficaria abaixo dos 2\$) não foi suficiente para uma eventual adoção em massa do compêndio, sendo mais provável que entre estes e um manual há mais tempo em uso, como o de Bossuet, os de Goldsmith, ou ainda os “cursos completos” de Casado Geraldès, Carlos Delammare e John Freese, os critérios de escolha tendessem mais para os compêndios antigos por razões de familiaridade, zona de conforto e inércia por parte dos professores. Há, nesse sentido, uma relação circular entre os compêndios já disponíveis no mercado e as preferências dos professores e diretores, a qual vai se modificando, em uma perspectiva mais lenta, no ritmo de décadas, com o surgimento de novos títulos na Europa.

Em seus primeiros anúncios, Garnier (*JC*, 1849, edição 5, p.2) já demonstrava possuir um estoque de títulos muito mais amplo, moderno e organizado. Havia também maior rigor a informação veiculada, tendo o cuidado de classificar os títulos por idioma, quase sempre informar os autores, e ao mesmo tempo acompanhar a tendência do fim da década, quando ganhava consenso a ideia de que os compêndios deveriam formar um curso de História. As ofertas de Garnier sinalizam para a substituição dos títulos dos compêndios de história, mas também para a inteligibilidade moderna, na qual a Antiguidade cede espaço para a Idade Média e para a Idade Moderna, e nesse sentido, oferecem opções ao curso adotado pelo *ICPII*.

Considerações Finais

A análise articulada da forma de História ditada pelos exames preparatórios com as demais denominações de História sob o espectro temporal 1830-1855 indica que a forma de História dos *précis* franceses, organizada em um curso, e escrita a partir dos debates científicos mais recentes entre franceses, alemães e ingleses, é apenas mais uma dentre tantas outras presentes. Desse modo, o cenário esboçado indica que havia pouco interesse por parte dos colégios pelo curso de História adotado no *ICPII*, em um ambiente pouco afeito a mudanças, apesar da polissemia presente nos anúncios dos colégios e aulas particulares. Ao mesmo tempo, as próprias peculiaridades da coleção dos *précis* podem ter sido um fator determinante para que seu uso não se disseminasse com tanto vigor. A primeira geração de compêndios adotados pelo colégio trazia uma concepção de História complexa, que pouco chamou a atenção dos demais colégios até o fim da década de 1840. Nenhum estabelecimento evoca no anúncio na imprensa que segue o curso de História do *ICPII*.

A presença de títulos de Compêndios de História Antiga e de História Romana demonstra que circulava, através destes exemplares importados, um padrão recorrente na organização dos conteúdos de História dos estabelecimentos de ensino secundário europeus muito mais próximo das prescrições embasadas nos pressupostos das humanidades. Os próprios *précis* franceses foram concebidos dialogando com esta tradição que mantinha certa ênfase na antiguidade em simbiose com a introdução de uma linha de progresso que buscava incluir História Moderna e Pátria. Ao mesmo

tempo, se por um lado a tradução dos compêndios poderia ter aceitação nos colégios brasileiros por conta da pretensa legitimidade do *ICPII*, por outro, a aceitação era proveniente do próprio repertório de compêndios que já circulavam.

Referências

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: 1844-1860. Coleção disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20184&pesq=>, acesso em 10 dez.2018.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A Experiência do Tempo**. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda & ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estud. av.**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, ago. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200127&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 mar. 2019.

CHOPPIN, Alain. O Manual Escolar: Uma Falsa Evidência Histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, Jan/Abr 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026>. Acesso em 13 dez.2015.

FREITAS, Itamar. A História Universal de José Estácio Correia de Sá e Benevides (1890/1903). In: FREITAS, Itamar **Histórias do Ensino de História no Brasil**. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 127-182.

Haidar, Maria de L. M. **O Ensino Secundário no império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: Edusp, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e constitucional de J. Vilenneuve e Comp., 1830-1860. Coleção disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>, acesso em 10 dez.2018.

KOSELLECK, Reinhart. “Historia” como Conceito Mestre Moderno. In:
KOSELLECK, R. et al. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora,
2016. p.185-222.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos
Históricos. Rio de Janeiro: Contra ponto, 2006.

PIROLA, André Luiz Bis. Formação de professores de História no Espírito Santo do
Século XIX: A História ensinada por bacharéis, padres e médicos. **Revista Territórios
& Fronteiras**. Cuiabá, vol. 8, n. 1, p.75-92, jan.-jun. 2015.

TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição
clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. **Anos 90**. Porto
Alegre, v. 22, n. 41, p. 299-320, jul. 2015.